



## AT supera a meta da receita planificada - PÁG.3

### - Apoteose na arrecadação fiscal

Um grau de realização de 110,4%, um crescimento nominal de 33,8% e um rácio fiscal de 19,6%, correspondentes em número absoluto à 63.419,33 milhões de MT, os maiores de sempre, fazem do ano de 2010, a apoteose da arrecadação fiscal, desde que este país passou a chamar-se Moçambique.

## Leia mais

- AT e INE rubricam protocolo executivo - **PAG. 15**
- Estatuto remuneratório da AT marca nova etapa na vida dos funcionários - **PAG. 23**
- AT forma disseminadores de matérias fiscais - **PAG. 26**

## EXORTAÇÃO DO PRESIDENTE PARA 2011

O Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Rosário Fernandes, fez uma exortação a todos os funcionários da instituição espalhados pelo país, no dia 9 de Janeiro do corrente mês. Nesta comunicação de capital importância, o P-AT faz uma citação baseada nos imperativos da Lei nº 2/2010, de 27 de Abril, da Assembleia da República (AR), que aprovou o Orçamento do Estado e estabeleceu a respectiva Tabela de Receitas Públicas...

**PAG. 9**


## Imagem da AT centra-se no atendimento

A Autoridade Tributária de Moçambique (AT) intensificou a implementação do programa de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto através da inserção de mais “Spot’s” televisivos incluindo diversos cenários em línguas nacionais, mais memorandos de intenções, acções de formação de Educadores Fiscais, “road show’s” entre outras iniciativas, por forma a garantir que o cidadão conheça as suas obrigações como cidadão e dessa forma se sinta galvanizado a aderir ao pagamento do imposto.

Ora, para que estas acções produzam impacto e sejam de facto eficazes pressupõe-se a melhoria constante no atendimento aos contribuintes, em geral, e particularmente aos potenciais contribuintes, que de forma crescente, procuram aderir ao registo fiscal, ávidos de obter mais informações sobre o sistema fiscal.

O pressuposto de melhoria na cadeia de serviços prestados ao potencial contribuinte inclui o da redução do tempo de espera, desde o preenchimento do Modelo 5, pelo sujeito passivo, até à obtenção dos NUIT’s, em todas as áreas fiscais e postos aduaneiros, extensões, postos de cobrança e quiçá, em todas as áreas operativas da AT.

Caro leitor e ilustres colegas: a atenção dispensada a um potencial contribuinte pode ter um efeito multiplicador, para que mais cidadãos adiram ao sistema. A má prestação de pelo menos um dos funcionários da AT ou de um dos seus sectores, pode atentar a imagem da instituição “toda”. Em abono da verdade, diga-se ainda que, a demora no atendimento, pode desencorajar um e este por sua vez influenciar negativamente muitos cidadãos.

Com estas palavras e com o aprendizado de 2010, pretendemos resgatar para 2011 o espírito de equipa e, aliás, todos valores sublimes que norteiam a actuação de qualquer funcionário da AT, nomeadamente a confiança, o respeito mútuo, a equidade, a integridade, a transparência, a cortesia, a dedicação e a excelência, para que, de facto a AT cocontinue a responder positivamente a demanda de potenciais contribuintes. 

DAÚDE DAIA


## BREVES <> BREVES <> BREVES

**Em 2010**

### Política orçamental orientada para a redução da pobreza

Durante o ano de 2010, a política orçamental continuou orientada para o alcance dos objectivos estabelecidos no programa do Governo cujo enfoque é o combate à pobreza absoluta.


Em termos de distribuição dos recursos orçamentais, o BI apurou que os recursos alocados até a primeira semana de Janeiro do presente ano representam 64%, percentagem que poderá vir a aumentar para 75% do montante canalizado aos sectores prioritários, tais como, saúde, educação, infra-estruturas básicas, nomeadamente estradas, abastecimento de água, etc.

Refira-se que, a distribuição dos recursos obedece primeiro aos sectores sociais, sendo que para a educação ronda em 18%, a saúde em 7.3%, e o mesmo valor para as infra-estruturas básicas e o remanescente distribuído em outros sectores. 

### Nota da Redacção

Caro leitor, a presente edição comporta assuntos que ocorreram nos meses de Dezembro de 2010 e na primeira semana de Janeiro do presente ano, dada a relevância dos mesmos.

Contudo, manter-se-à o mesmo ritmo, sendo que a edição referente ao mês de Janeiro será editada na primeira semana de Fevereiro.

A todos estimados leitores, desejamos um próspero ano novo. 

Ano de 2010

# Apoteose na arrecadação fiscal

∴ Por Dinis Nhancume\*

Um grau de realização de 110,4%, um crescimento nominal de 33,9% e um rácio fiscal de 19,6%, correspondentes em número absoluto à 63.468,35 milhões de MT, os maiores de sempre, fazem do ano de 2010, a apoteose da arrecadação fiscal, desde que este país passou a chamar-se Moçambique.

**Tabela 1: Evolução da cobrança das Receitas Totais do Estado - 2000/2010**

Descrição/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Fonte da Informação	CGE	CGE	CGE	CGE	CGE	CGE	CGE	CGE	CGE	REO	REO
<i>Crescimento nominal</i>		25,7%	20,0%	28,3%	9,6%	31,1%	31,2%	25,5%	13,7%	21,0%	33,8%
<i>Graus de Realização face as metas</i>	103,2%	104,2%	87,5%	94,9%	89,7%	94,2%	102,9%	103,6%	101,0%	102,9%	110,4%
Receita Total	7.536,52	9.470,81	11.363,81	14.579,04	15.977,44	20.941,75	27.472,93	34.473,63	39.190,05	47.401,46	63.419,33
<i>Evolução do Rácio Fiscal</i>	11,5%	11,2%	11,4%	13,1%	12,4%	13,8%	15,2%	16,6%	16,3%	17,8%	19,6%

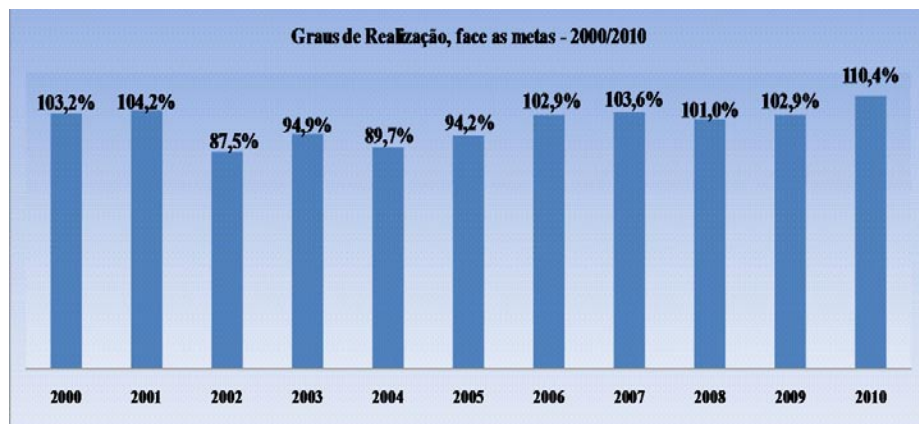
Fonte: DPAR

A tabela 1, apresenta a evolução da arrecadação de impostos nos últimos 10 anos, permitindo aferir os seguintes aspectos:

i. Entre 2002 e 2005, inclusive, as metas traçadas para cada ano não foram cumpridas, sendo a pior realização a de 2002 (87,5%);

ii. De 2006 em diante, todas as metas foram superadas, sendo a maior realização a de 2010, com um sobre cumprimento de cerca de 10,5%, sucesso derivado essencialmente da entrada em funcionamento da Autoridade Tributária, em Novembro de 2006 (vide gráfico 1);

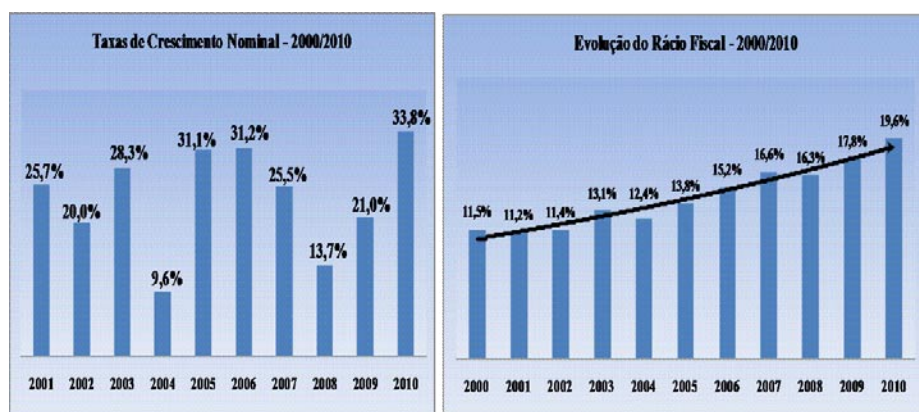
**Gráfico 1: Graus de Realização, face as respectivas metas anuais – 2000/2010**



iii. A tendência claramente crescente dos rácios fiscais, atingindo o seu ponto mais alto em 2010, com 19,6% do Produto Interno Bruto a preços correntes;

iv. Consideráveis taxas de crescimento nominal, sendo que a mais baixa se verificou em 2004 (9,6%), e a mais elevada em 2010 (33,9%) (vide gráficos 2a e 2b).

**Gráfico 2a e 2b: Crescimentos Nominais e Rácios Fiscais – 2000/2010**





∴ Continuação da página 3

Quando analisamos a evolução da estrutura das receitas (tabela 2), percebe-se uma forte dinâmica interna, testemunho inequívoco da evolução do sistema tributário moçambicano, com particular destaque para os seguintes aspectos:

i. A entrada em cena dos impostos sobre o rendimento (IRPC e IRPS), em 2003;

ii. A captação de maiores volumes de receitas em IRPS, de 2003 (11,8%) à 2008 (15,2%) comparativamente ao IRPC (2003: 4,6% e 2008: 14,6%), denotando uma distorção em relação às melhores práticas internacionais, que rezam que as corporações devem possuir maior peso na arrecadação fiscal;

iii. A clara tendência de normalização da situação anterior, quando em 2009 e 2010, o IRPC (15,5% e 14,9%, respectivamente) passa a representar uma fatia maior da arrecadação total,

quando comparado com o IRPS (13,4% e 13,6%, respectivamente);

iv. A quase estabilidade nos IVA's (nas operações internas e na importação), sendo que, em média o IVA nas operações internas representa cerca de 15,6%, tendo atingido os extremos em 2006 o mais baixo (13,5%) e em 2002 o mais elevado (17,3%), e o IVA na importação que em média representa 20,5% das receitas totais, tendo atingido o ponto mais baixo em 2007 (13,1%) e o mais alto em 2002, à semelhança do IVA nas operações internas, com 23,1%;

v. Os Impostos sobre o Comércio Externo (direitos aduaneiros e sobretaxa), vêm perdendo peso, devido a implementação da Zona de Comércio Livre da SADC e a redução da Taxa Geral (de 25% em 2000 para 20% a partir de meados da década), tendo iniciado a década com 17% (2000) de peso, terminando-a com 8,3% (2010);

vi. O grupo dos Outros Impostos, composto essencialmente pelo Imposto de Selo, taxa sobre os combustíveis, IRN, Licenças de Pesca e mais recentemente pelos Impostos sobre a Produção (de petróleo e mineira) e pelo ISPC, denotam, à semelhança dos direitos aduaneiros, uma clara tendência de queda da sua participação nas receitas do Estado tendo atingido 29,1% em 2003 e cingindo-se a meros 3,7% em 2010, situação resultante da introdução dos impostos sobre o rendimento, que vieram “roubar” um pouco o papel deste grupo de impostos;

vii. As Receitas Consignadas e Próprias, vêm conhecendo uma tendência de elevação da sua participação, sendo que em 2000 representavam 2,2% e 0%, respectivamente e em 2010, já representam 6,9% e 3,5%, respectivamente;

∴ Continua na página 5

Tabela 2: Evolução da Estrutura das Receitas do Estado - 2000/2010

Descrição/Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Receita Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Receitas Correntes	98,7%	96,4%	99,9%	100,0%	99,8%	94,6%	96,3%	94,6%	95,6%	98,2%	97,7%
Receitas fiscais	91,5%	89,5%	92,2%	93,5%	86,9%	80,2%	80,6%	81,1%	82,7%	82,7%	84,4%
Impostos sobre Rendimentos	0,3%	0,2%	0,2%	16,6%	21,5%	21,2%	23,1%	26,9%	29,9%	29,0%	29,1%
<b>IRPS</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>11,8%</b>	<b>14,9%</b>	<b>13,9%</b>	<b>13,8%</b>	<b>14,1%</b>	<b>15,2%</b>	<b>13,4%</b>	<b>13,6%</b>
<b>IRPC</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>4,6%</b>	<b>6,4%</b>	<b>7,1%</b>	<b>9,2%</b>	<b>12,7%</b>	<b>14,6%</b>	<b>15,5%</b>	<b>14,9%</b>
Impostos sobre Bens e Serviços	64,0%	61,5%	62,9%	60,1%	57,8%	53,5%	52,7%	50,0%	49,1%	50,0%	51,6%
Imposto s/ Valor Acrescentado (IVA)	38,7%	37,7%	38,3%	37,0%	36,0%	32,6%	34,2%	32,8%	33,1%	35,6%	37,8%
Operações internas	15,9%	17,2%	17,3%	16,2%	15,1%	11,9%	13,5%	19,4%	14,4%	14,9%	15,4%
Importação	22,2%	21,5%	23,1%	20,8%	20,9%	20,7%	20,7%	13,4%	18,6%	20,7%	22,4%
<b>ICE - s/ Prod. Nacionais</b>	<b>5,4%</b>	<b>5,5%</b>	<b>5,6%</b>	<b>4,9%</b>	<b>4,9%</b>	<b>4,7%</b>	<b>4,1%</b>	<b>3,9%</b>	<b>4,2%</b>	<b>3,7%</b>	<b>3,5%</b>
ICE - Prod.s Importados	2,9%	2,6%	2,8%	2,8%	3,0%	2,7%	2,5%	2,1%	2,6%	2,0%	2,0%
<b>Impostos s/ Comércio Externo</b>	<b>17,0%</b>	<b>15,6%</b>	<b>16,3%</b>	<b>15,3%</b>	<b>13,9%</b>	<b>13,4%</b>	<b>12,0%</b>	<b>11,1%</b>	<b>9,3%</b>	<b>8,6%</b>	<b>8,3%</b>
<b>Outros Impostos</b>	<b>27,1%</b>	<b>27,8%</b>	<b>29,1%</b>	<b>16,9%</b>	<b>7,6%</b>	<b>5,6%</b>	<b>4,7%</b>	<b>4,3%</b>	<b>3,7%</b>	<b>3,8%</b>	<b>3,7%</b>
Receitas não fiscais	5,2%	4,4%	5,7%	5,1%	4,7%	3,8%	3,4%	3,9%	3,0%	4,6%	6,4%
Receitas consignadas	2,0%	2,5%	2,0%	1,4%	8,2%	7,3%	6,4%	6,4%	6,7%	7,7%	6,9%
Receitas Próprias	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,4%	5,9%	3,2%	3,1%	3,2%	3,5%
Receitas de Capital	1,3%	3,6%	0,1%	0,0%	0,2%	5,4%	3,7%	5,4%	4,4%	1,8%	2,2%

Fonte: DPAR

.. Continuação da página 4

viii. As receitas Não Fiscais e as de Capital, tem se mantido mais ou menos estáveis em cerca de 4,6% e 2,5%, respectivamente, como ilustra a tabela 2.

Durante o melhor ano de arrecadação, da independência para cá – 2010 – a arrecadação mensal conheceu o desempenho descrito na tabela 4, tendo o auge sido atingido em Maio (altura em se cobram os pagamentos à final, ponto mais alto da arrecadação dos impostos internos), com 6.523,69 milhões de MT, seguido

do mês de Dezembro (6.386,37 milhões de MT) e em terceiro lugar o mês de Setembro com 6.247,94 milhões de MT, como ilustra o tabela 3.

Quando analisamos o desempenho mensal por área operativa (das alfândegas e dos impostos internos), verifica-se que, de facto, Maio foi o melhor mês para os impostos internos, seguindo a lógica supracitada acima, arrecadando-se 4.821,77 milhões de MT, enquanto para os impostos sobre o comércio

externo a melhor arrecadação deu-se em Dezembro, altura de maior volume de importações, arrecadando-se 2.584,66 milhões de MT, como ilustram a tabela 3 e o gráfico 4.

A estrutura sazonal (peso das arrecadações mensais sobre o total arrecadado), é-nos apresentada na tabela 5 e nos gráficos 5 e 6, corroborando a importância do mês de Maio para os impostos internos influenciando a sazonalidade do total das receitas do Estado,

.. Continua na página 6

Tabela 3: Evolução da cobrança das Receitas Totais do Estado, por áreas operativas e por mês - 2010 Unid: 10<sup>6</sup> metcais

Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Receita Total - AT	4.188,33	3.942,93	4.025,65	4.441,50	6.523,69	4.820,27	5.603,49	5.411,01	6.247,94	5.805,01	6.032,85	6.386,37
Impostos Internos - DGI	2.706,97	2.395,08	2.296,21	2.716,67	4.821,77	2.981,87	3.772,67	3.408,61	4.181,26	3.482,52	3.700,67	3.801,71
Impostos do Comércio Externo - DGA	1.481,37	1.547,85	1.729,45	1.724,83	1.701,93	1.838,40	1.830,83	2.002,40	2.066,68	2.322,49	2.332,18	2.584,66

Gráfico 3: Evolução da cobrança mensal das Receitas Totais do Estado – 2010

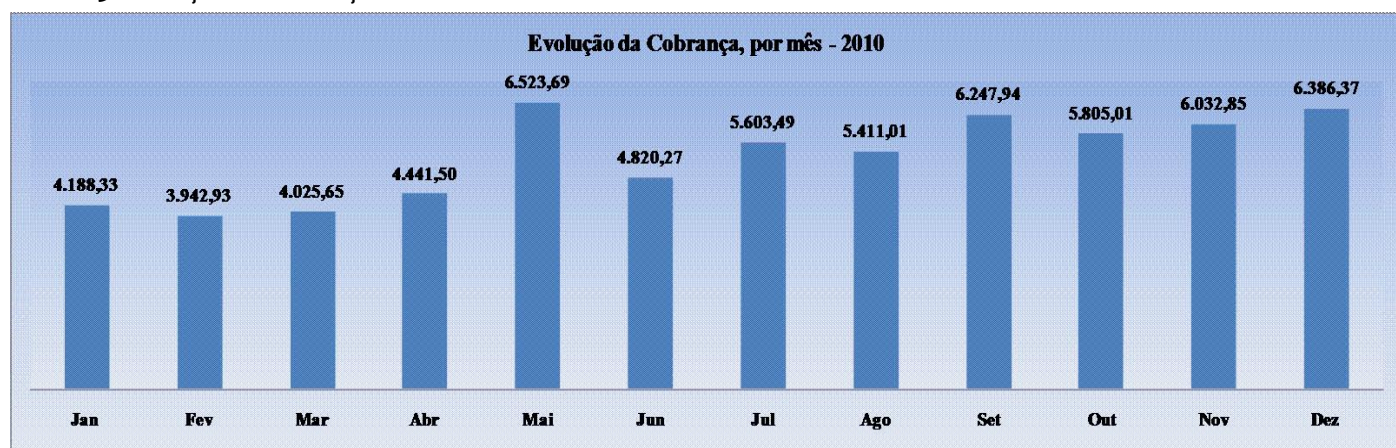


Gráfico 4: Evolução da cobrança mensal por áreas operativas – 2010





∴ Continuação da página 5

Tabela 4: Estrutura sazonal das Receitas Totais e por área operativa – 2010

Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Receita Total - AT	6,6%	6,2%	6,3%	7,0%	10,3%	7,6%	8,8%	8,5%	9,9%	9,2%	9,5%	10,1%
Impostos Internos - DGI	6,7%	5,9%	5,7%	6,7%	12,0%	7,4%	9,4%	8,5%	10,4%	8,6%	9,2%	9,4%
Impostos Comércio Exterior - DGA	6,4%	6,7%	7,5%	7,4%	7,3%	7,9%	7,9%	8,6%	8,9%	10,0%	10,1%	11,2%

Fonte: DPAR

Gráfico 5: Estrutura sazonal das Receitas Totais – 2010

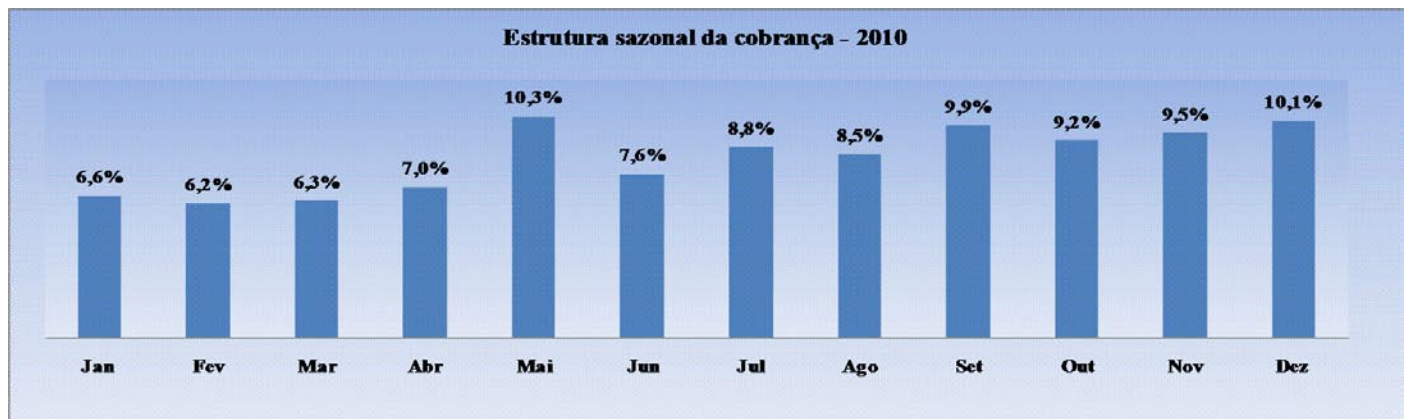
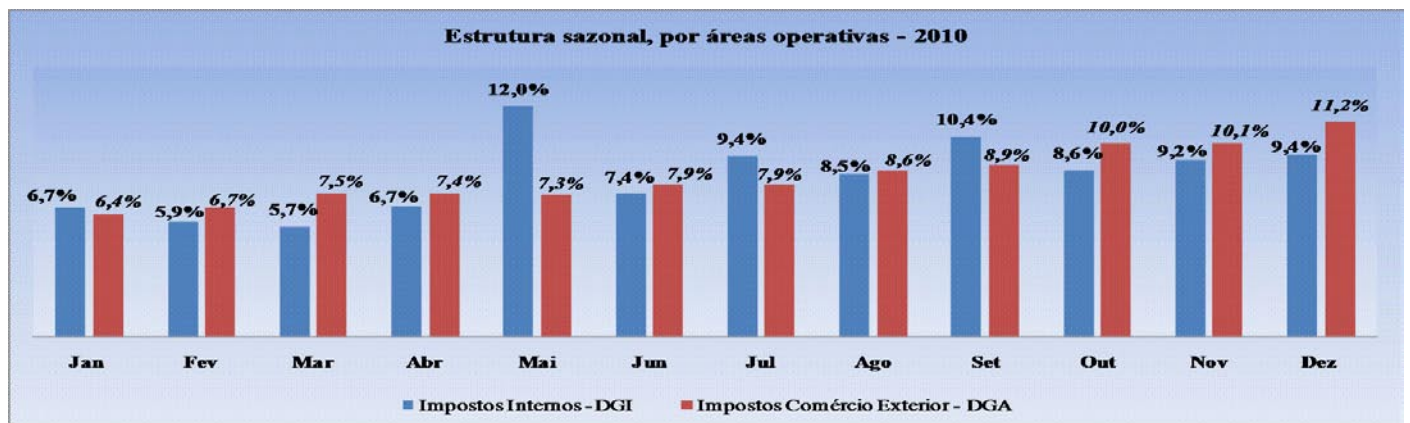


Gráfico 6: Estrutura sazonal, por áreas operativas – 2010



assumindo os pesos de 12% e 10,3% respectivamente, contra os 11,2% conseguidos em Dezembro pelas alfândegas.

A partição entre as áreas operativas, apresentada na tabela 6 e no gráfico 7, indica que, apesar de algumas oscilações ao longo do ano, no final os impostos

internos contribuem com 63,5% e os impostos do comércio exterior contribuem com 36,5%, sendo que, no mês de Março os impostos internos assumem a sua menor contribuição (57%), contra a maior contribuição dos impostos do comércio exterior, a fixar-se em 43%. Maio, melhor mês dos impostos

internos, que representam 73,9% contra 26,1% dos impostos do comércio exterior.

Assim, a cobrança de 63.419,33 milhões de MT em 2010, atingiu um grau de realização de 110,4% face a meta fixada em 57.431,81 milhões de MT,

∴ Continua na página 7

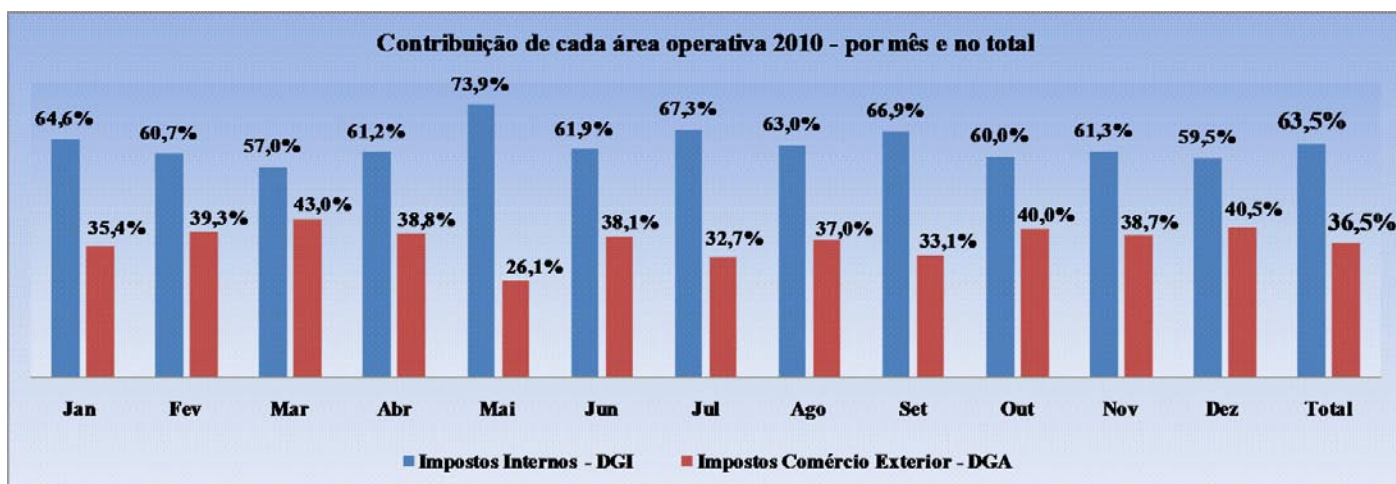
Tabela 5: Contribuição/partição, por áreas operativas – 2010

Descrição	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Receita Total - AT	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Impostos Internos - DGI	64,6%	60,7%	57,0%	61,2%	73,9%	61,9%	67,3%	63,0%	66,9%	60,0%	61,3%	59,5%	63,5%
Impostos Comércio Exterior - DGA	35,4%	39,3%	43,0%	38,8%	26,1%	38,1%	32,7%	37,0%	33,1%	40,0%	38,7%	40,5%	36,5%

Fonte: DPAR

.. Continuação da página 6

Gráfico 7: Contribuição/partição, por áreas operativas – 2010



representando um crescimento nominal de 33,8% e um rácio fiscal de 19,6%. Face ao plano de austeridade, fixado em 59.940,00 milhões de MT, o grau de realização foi de 105,8%.

fiscais, assim contribuindo para o alcance dos níveis programados no OE e no PES 2011, quer da arrecadação fiscal e aduaneira e de fiscalização

e auditoria onde e sempre requeridas”, para que de facto, **TODOS JUNTOS POSSAMOS FAZER MOÇAMBIQUE!**

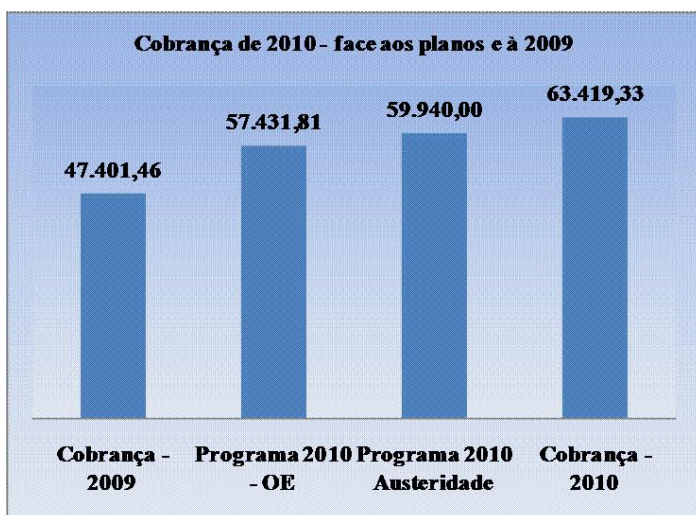
Tabela 6: Graus de Realização - face à Lei Orçamental e face ao Plano de Austeridade

Unid: 10<sup>6</sup> meticais

Descrição/Anos	Cobrança - 2009	Programa 2010 - OE	Programa 2010 Austeridade	Cobrança - 2010	Taxa cresc. Nominal	Real. - face Lei OE	Real. - face austeridade	Rácio Fiscal PIB nom.
<b>Receita Total</b>	<b>47.401,46</b>	<b>57.431,81</b>	<b>59.940,00</b>	<b>63.419,33</b>	<b>33,8%</b>	<b>110,4%</b>	<b>105,8%</b>	<b>19,6%</b>

Fonte: DPAR

Gráficos 8a e 8b: Cobrança das Receitas Totais do Estado e graus de realização – 2010



Para 2011, está lançado o repto, com a fasquia elevada para 73.274,8 milhões de MT, 15,5% acima do arrecadado em 2010. E citando o Exmo. Sr. P-AT, na sua Exortação de 06 de Janeiro de 2011 “...a tolerância zero na evasão e outros ilícitos

Tabela 6: Programa para 2011, crescimento nominal e rácio fiscal previstos

Unid: 10<sup>6</sup> meticais

Descrição/Anos	Cobrança - 2010	Programa 2011 - OE	Taxa cresc. Nominal	Rácio Fiscal Previsto
<b>Receita Total</b>	<b>63.419,33</b>	<b>73.274,81</b>	<b>15,5%</b>	<b>21,6%</b>

Fonte: DPAR

\*Director da Análise e Previsão da Receita





## TODOS JUNTOS FAZEMOS MOÇAMBIQUE

Como empresário, ajudo a criar postos de trabalho. Eu e os meus trabalhadores pagamos o imposto. Se todos cumprirmos com as nossas obrigações fiscais, estaremos juntos a contribuir para a construção e o melhoramento das infra-estruturas do nosso país.

**Vamos todos pagar o imposto!**





# EXORTAÇÃO DO PRESIDENTE PARA 2011

Na nossa Exortação do pretérito dia 9 de Dezembro de 2010, dirigida, em particular, a todos os funcionários da AT, fizemos citação expressa dos imperativos da Lei nº 2/2010, de 27 de Abril, da Assembleia da República, que aprovou o Orçamento do Estado 2010, e estabeleceu a respectiva Tabela de Receitas Públicas, fixando a arrecadação anual em 57,431,810.90 Mil Meticais (ou sejam, em mais de 57,4 Mil Milhões de Meticais).

Por essa ocasião, assinalámos que, até 7 de Dezembro, já havíamos sobrecumprido essa meta, bem como a da cadastração fiscal, quer a global, quer a do ISPC.

Exortámos, nessa ocasião **“a todas as Direcções Regionais, a todas as Areas Fiscais e Estâncias Aduaneiras, aos Quadros de Chefia, Técnicos, e Funcionários em geral, a todos os níveis, para ainda cada vez maior empenhamento, nas acções de arrecadação fiscal e aduaneira”, tendo em vista “o cumprimento do Plano de Austeridade decretado pelo Conselho de Ministros, ou seja, de Despesas Extraordinárias”.**

Apraz-nos aqui e agora, comunicar que a arrecadação registada, e compilada pela Direcção de Análise, Previsão



Presidente da AT, Rosário Fernandes

e Controlo de Receitas da Autoridade Tributária, aponta para 63,419, 326.43 Mil Meticais (ou sejam, para mais de 63,4 Mil Milhões de Meticais, ainda sujeitos a ligeiros reajustamentos de registo no SICR), de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010 transacto.

Tal como referido em Conferencia de Imprensa, ainda ontem (06.01.2011) por Sua Excelência o Ministro das Finanças, tal cifra significa termos sobrecumprido a Meta da Lei Orçamental da Assembleia da República em 10,4% (e a meta operacional interna, revista, em 3,5%), e alcançado o nível de rácio fiscal face ao PIB de 19,6%, contra a previsão, ao fecho do ano, de 18,5%.

O mês de Dezembro, de Exortação feita, registou mais de 122% de realização, sendo a maior

percentuais, seguida dos meses de Agosto (mais de 113,3%), e Novembro (mais de 110,2%). Em valores absolutos, o mês de Maio registou a melhor cifra, com a arrecadação calculada em mais de 6,5 mil milhões de meticais, para uma arrecadação média mensal de 5,2 mil milhões de meticais.

Face ao ano transacto de 2009, a arrecadação adicional equivale, a mais 33,76%, valendo dizer, em valores absolutos, a mais 16 Mil Milhões de Meticais.

Os níveis alcançados em 2010, quer em termos percentuais, quer em valores absolutos de arrecadação fiscal e aduaneira, situam esse ano, bem como o nível de rácio fiscal alcançado, como os melhores de todos os tempos, desde a proclamação da independência nacional em 1975. A proximidade dos níveis de convergência da média regional de 22%, é um repto do exercício da cidadania fiscal, às ambições de competitividade do País, na Região e na Globalização.

Desde ao ano da aprovação da Lei de Bases do Sistema Tributário de Moçambique (2002), até 2005, o comportamento da execução de receitas (grau do cumprimento das metas anuais), foi o seguinte:

**∴ Continua na página 10**

∴ Continuação da página 9

- Ano 2002, 87,5%
- Ano 2003, 94,9%
- Ano 2004, 89,7%
- Ano 2005, 94,2%

Importa sublinhar que, a partir de 2006, ano da entrada em funcionamento da AT (inclusivè), ou seja, nos últimos 5 anos, todas as metas da Lei Orçamental foram, sucessivamente, sobrecumpridas.

20,000 anuais programados em ISPC, a cadastração no período situou-se em 35,247, valendo dizer a superação da meta anual em 76,24%.

Em termos acumulados, o número total de NUIs atribuídos, desde a implantação do sistema em 1999, alcançou em 31 de Dezembro 1,221,883, contra apenas 391,000

dos actuais e a abertura de novos postos cobrança (fixos ou móveis) e estâncias aduaneiras, a melhoria das condições de trabalho e de residência, desde a sede-capital, às províncias e distritos, abrangendo locais mais recônditos, muitos dos quais em condições indignas, desumanas e inóspitas, a promoção de acções contínuas de formação especializada e capacitação institucional em ambientes auto-sustentados (Escolas de Formação), e a restauração contínua da cultura de visitas de trabalho, de produtividade laboral, e de responsabilização dos centros de responsabilidade por objectivos, assentes sobre os pilares de organização corporativa – disciplina hierárquica-metodização do trabalho-resultados palpáveis (individuais e colectivos)-premiação do desempenho, a todos os níveis, monitorados pelas Chefias de Linha, como plataforma de aferimento sistemático dos portfólios individuais, e de avaliação colegial periódica (prestação de contas).

Esforços foram feitos, e ainda estão em curso, para a prossecução das acções de reforma profunda do sistema tributário, desde a simplificação de modelos e procedimentos, reforma legislativa, facilitação do comércio legítimo, gestão de reembolsos e da carteira da



Presidente da AT, Rosário Fernandes, acompanhado de quadros séniores da AT, em conferência de imprensa

Paralelamente, a cadastração fiscal (atribuição de NUIs), situou-se no melhor patamar de sempre, ao alcançar níveis promissores, quer ao nível global, quer ao nível do ISPC –Imposto Simplificado para os Pequenos Contribuintes.

Assim, dos 200,000 NUIs programados para 2010, a cadastração de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro, situou-se em 227,314, superando a meta em 13,66%. Dos 20,000 anuais programados em

em 31 de Dezembro de 2006, ano da entrada em funcionamento da Autoridade Tributária. Isto vale dizer que, se de 1999 a 2006 a produtividade média anual de registos de NUIs era de 55,857, nos últimos quatro anos (2007/2010), a produtividade média quase que quaduplicou, ao passar para 207,720 de média anual global de cadastros.

Figuram dentre factores preponderantes do cumprimento das metas, o recondicionamento

∴ Continua na página 11



∴ Continuação da página 10

dívida tributária, a medidas de massificação e popularização de Impostos e outras contribuições, quer nacionais, quer autárquicos.

O saldo da carteira de reembolsos (o que o Estado deve às pessoas colectivas e singulares, a título de reembolso), reportado em 31 de Dezembro de 2010 em mais de 3,3 Mil Milhões de Meticais (mais de 92 milhões de Usd, dos quais mais de 90% em IVA), conheceu um assinalável nível de produtividade de Janeiro a Dezembro, alcançando um nível de reembolsos de 90%, face às dotações do Ministério das Finanças, ainda aquém do “stock” de dívidas em carteira.

Paralelamente, o saldo da carteira da dívida tributária exequenda (valores à cobrança, do que as pessoas colectivas e singulares devem ao Estado, a título de impostos, multas, juros de mora e outros acréscimos legais), reportado em 31 de Dezembro de 2010, situa-se em mais de 3,8 Mil Milhões de Meticais (mais de 105 milhões de Usd), onde os aditivos ao imposto (multas, juros e outros), passíveis de medidas de saneamento que abrangem 2010, representam 42%.

Ou seja, os cofres do Estado poderão recuperar, no mínimo, pouco mais de 2,2 Mil Milhões

de Meticais (aprox. 62 milhões de Usd), desse saldo, contra um nível potenciado de reembolsos globais de 92 milhões de Usd, cujo plano de amortização está em processo de execução.

Os níveis alcançados das receitas globais dos últimos anos, auguram uma plataforma sólida de sustentabilidade da carteira fiscal, o que poderá contribuir decisivamente para a melhoria e aceleração das transmissões à Conta Única do Tesouro, e para o saneamento, em tempo útil, das obrigações do Estado para com os terceiros, nomeadamente em reembolsos.



**O ano de 2011, já iniciado, oferece-nos novos desafios.**

A Tabela de Receitas Públicas a arrecadar, aprovada pela Assembleia da República, na última sessão, ascende a aprox. 73,3 Mil Milhões de Meticais, onde as receitas correntes totalizam 98,1%, contra 1,9% de receitas de capital (no limiar dos pouco mais de 2% de 2010).

Perante este cenário,

começando por reconhecer em cada posto de chefia, em cada area fiscal, em cada estância aduaneira, e, em geral, em cada funcionário da Autoridade Tributária, o factor sinérgico e determinante, dos êxitos de realização prática da corporação,

Exorto a todos os Colegas, a todos os níveis, ao Sector Privado, incluindo o Sector Informal, aos Parceiros dos Memorandos de Entendimento, e aos Ilustres Contribuintes em Geral, sem excepção, desde pessoas singulares a pessoas colectivas,

em todas as regiões, províncias e localidades, para a Tolerância Zero na evasão e outros ilícitos fiscais e aduaneiros, assim contribuindo para o alcance dos níveis programados no OE e PES 2011, quer da cadastração, quer da arrecadação fiscal e aduaneira, e de fiscalização e auditoria onde e sempre que requeridas.

# Economia reage positivamente ao fisco

O Ministro das Finanças, Manuel Chang, considera que, a economia moçambicana está a reagir positivamente em relação ao fisco. O facto foi revelado há dias numa Conferência de Imprensa havida com os Jornalistas no Ministério das Finanças que aproveitou a ocasião para saudar os funcionários da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) pelos ganhos obtidos.



Ministro das Finanças, Manuel Chang, acompanhado de membros do Conselho Consultivo do Ministério das Finanças durante a conferência de imprensa

Conforme disse, o nível de arrecadação das receitas tem sido satisfatório nos últimos 5 anos, factor que resulta da criação da AT, esclarecendo que, anualmente a receita tem estado a aumentar em 1 ponto percentual da taxa do Produto Interno Bruto (PIB).

“Neste momento, estamos nos 19% e a região da SADC

ronda em torno dos 22 a 24% do PIB”. Estamos próximos à convergência da SADC”, disse.

O ministro Chang reiterou que, contribuiu para o alcance da receita o trabalho que está a ser feito pela AT no que tange às campanhas de educação fiscal, por um lado, e o comprometimento do Sector Privado, por outro, através da

CTA, neste caso o Sector Privado.

Referiu que, tem havido um grande esforço de engajamento da CTA e dos próprios contribuintes aliados ao esforço do Governo na atracção de investimentos e na criação de novas actividades que resultam em novas empresas, que se traduz no alargamento da base tributária.

.. Continua na página 13



Funcionários da AT em plena jornada laboral



.: Continuação da página 12

## Parceiros começam a desembolsar...


Num outro desenvolvimento disse, que o Banco Mundial desembolsou em Dezembro último, a quantia de 2.743.3 milhões de Meticais, o que equivale a 85 milhões de dólares americanos da ajuda prometida ao apoio directo ao Orçamento do Estado.

A propósito, o ministro disse que, esta instituição financeira internacional fê-lo como antecipação. **“É um gesto de confiança ao Governo”**, acrescentou.

Falando sobre o apoio directo ao orçamento, explicou que, 2010 foi um ano difícil, em que as contribuições apareceram tarde, mas no final do ano todos os parceiros conseguiram desembolsar os fundos prometidos.

O titular do pelouro das Finanças afirmou que, a fase actual é de encerramento do orçamento de 2010, que terminou a 31 de Dezembro e de início da execução do orçamento de 2011. O processo em termos de SISTAFE foi reactivado no dia 4 de Janeiro,

por forma a permitir a execução do orçamento de 2011.

**“Este momento marca o início das actividades em 2011, a primeira sessão do Conselho Consultivo restrito do Ministro das Finanças, que é um órgão que faz a avaliação semanal da execução das receitas em todas as componentes desde a receita, os contra-valores arrecadados, a ajuda externa a despesa corrente, de investimento, a dívida entre outras e é realizado todas as quartas-feiras”**, afirmou. 



# AT e INE realizam “Workshop”

.: Por SIGMA KATUPHA

A Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e o Instituto Nacional de Estatística (INE), realizaram no dia 16 de Dezembro último, um Seminário denominado: **“Workshop Sobre Melhoramento da Qualidade dos Dados Estatísticos”**, marcando deste modo a parceria existente entre ambas instituições à luz do Memorando de Entendimento recentemente rubricado.

O evento com a duração de dois dias, teve lugar no anfiteatro do Museu da História Natural, situado na zona nobre da Cidade de Maputo e contou com a presença de gestores operacionais da AT, do INE, e do Banco de Moçambique (BM), para além de alguns despachantes aduaneiros.

Dentre os temas abordados no referido seminário destacam-se a **“Importância das Estatísticas e Motivação”**; **“O Impacto na Premiação dos maiores Exportadores”**; **“O Impacto na Balança de Pagamentos e PIB”**, e por último o **“Processo de Captação de Informações Estatísticas e a Responsabilidade dos Gestores”**.

Usando da palavra a mestre de cerimónia, que foi a Dra. Rita Freitas, do Instituto de Promoção a Exportação (IPEX), explicou que, o evento destinava-se a fazer a acareação entre os demais colaboradores (AT, INE, BM e despachantes) sobre as estratégias e posições credíveis no que concerne à qualidade de



Quadros da AT e do INE no workshop

produção dos dados fornecidos ao INE, no âmbito da produção da estatística sobre o Comércio Externo.

Em representação da AT, esteve o Director do Gabinete de Comunicação e Imagem, Daúde Daia, que iniciou a sua intervenção saudando e agradecendo os presentes pela participação no evento, considerando que é de extrema importância para o País.

De acordo com este orador, a baixa qualidade da produção de dados estatísticos, que se vive no contexto actual, deve-se sobretudo à fraca consciencialização, visto que, os mesmos dados estatísticos reflectem-se na elaboração de relatórios de natureza quantitativa e qualitativa, que espelham a situação da conjuntura económica, como exemplo, a balança de pagamentos do Banco de Moçambique.



Quadros da AT e do INE no workshop



## AT e INE rubricam protocolo executivo

.. Por LIÉGE VITORINO

Foi formalmente rubricado a 17 de Dezembro último, o protocolo executivo entre a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e o Instituto Nacional de Estatística (INE), pelos presidentes de ambas instituições, Rosário Fernandes e João Loureiro, respectivamente, cuja cerimónia decorreu no edifício - sede do INE.

Tomaram parte no evento, alguns directores nacionais, directores gerais, chefes de departamento, incluindo técnicos de ambas instituições.

O referido acordo tem por objecto estabelecer, numa base de reciprocidade, a cooperação nas áreas de interesse comum das instituições representadas, nomeadamente a informação estatística oficial e informação fiscal e aduaneira.

Dentre as áreas e linhas consideradas prioritárias de colaboração, o presente acordo preconiza a partilha de informação estatística sobre contribuições e impostos; a disponibilização dos dados relativos às declarações aduaneiras de importação e exportação para efeito de apuramento das estatísticas do comércio internacional; a disponibilização dos dados relativos aos indicadores macro-económicos, nomeadamente

PIB, Índice de Preços no Consumidor, Produção por Ramo de Actividade; a disponibilização de dados relativos à População e Indicadores sociais; a disponibilização de dados relativos às Estatísticas Sectoriais.

O acordo visa igualmente a disponibilização da informação dos inquéritos e censos, nomeadamente às instituições sem Fins Lucrativos (ISFL),

.. Continua na página 16



Presidente da AT, Rosário Fernandes, e o Presidente da INE, João Loureiro, rubricando o protocolo executivo

∴ Continuação da página 15

ao sector informal (INFOR), à força de trabalho (IFTRAB), aos Orçamentos dos Agregados Familiares (IOF), Demográfico e de Saúde (IDS), Questionário de Indicadores Básicos de Bem Estar (QUIBB) e a Disponibilização de Informação de Recenseamentos de População e Habitação Agro-Pecuários.



Presidente da AT, Rosário Fernandes, e o Presidente da INE, João Loureiro, trocam as pastas

Refira-se que, em Dezembro de 2010 foi assinado um memorando de Intenções entre a AT e o INE, que dentre outros aspectos prevê a produção de um Boletim de Estatística Tributária, que versará fundamentalmente matéria estatística sobre contribuições e impostos, sob condução de técnicos de ambas instituições.

Entretanto, na sua intervenção, o Presidente da AT, Rosário Fernandes, afirmou que, o memorando ora subscrito não deve ser letra “morta”, pois, se afigura como uma alavanca de afirmação da fidelidade dos termos de avaliação do desempenho da administração fiscal e aduaneira, pelo mérito das sinergias, e em particular do prestígio do saber e experiência de administração e gestão de dados do INE.

“Através dos nossos representantes no Conselho Superior de Estatística, dos contactos regulares e da colaboração que reputamos e determinante do INE no exercício do rigor e excelência do futuro Boletim de Estatística Tributária auguramos alcançar um patamar assinalável no

dever de prestação de contas de estatísticas, ao Governo, à sociedade, aos estudantes e aos contribuintes, no geral”, disse Fernandes.

Por seu turno, o Presidente do INE, João Loureiro, manifestou a sua satisfação, pela efectivação do protocolo porque estabelece, quer nos seus anexos, quer no seu corpo principal os “output” e os resultados que se esperam sejam alcançados desta “joint-venture”, para benefício dos nossos utilizadores e do país em geral, das instituições, em particular.

“Nós estamos absolutamente convictos, que não será letra morta pelo empenho e a seriedade que conhecemos das pessoas, que corporizam as duas instituições. Temos que abraçar estas tecnologias, para sermos mais expeditos, colocarmos os produtos com qualidade e ao mais baixo custo”, referiu.

Fazendo menção às tecnologias actuais, observou que, há toda a necessidade de acelerar o passo rumo a esses grandes objectivos, sendo que há metas a cumprir e responsabilidades a cometidas, no sentido de que estes fenómenos todos que ocorrem e que são quantificados, possam ser qualificados da melhor maneira, da maneira mais barata, e em termos de qualidade, apresente a confiança que todos anseiam de um sistema estatístico nacional, que produza estatísticas oficiais, como um bem público.

“Sendo um bem público, não significa um produto de má qualidade, fora do tempo. Tem que estar em termos de tempo e qualidade no grau em que os utilizadores anseiam e desejam porque de outra maneira não é válido” anotou, para acrescentar que temos a tarefa de produzir estatísticas actualizadas, que sirvam para a tomada de decisões.

O Presidente do INE, venceu que, o passo ora dado com a Autoridade Tributária é de extrema importância. Fazendo uma retrospectiva, lembrou que, existe uma longa experiência com a estatística do Comércio Externo, no que tange ao comércio internacional, ambas instituições colaboraram na elaboração do sistema harmonizado, na pauta, etc.

Loureiro, crê que, pela experiência do passado, pela cooperação, pelo aprimoramento das sinergias que existiram, que o protocolo uma vez implementado possa fazer catapultar esta cooperação, para níveis muito mais altos.





## Matola conta com mais uma estância aduaneira rehabilitada

.. Por HELMANO NHATITIMA


Foram inauguradas no dia 21 de Dezembro de 2010, na Cidade da Matola, as novas instalações onde funcionarão a Delegação Aduaneira da Matola e a Unidade de Visitas de Controle(UVC).

Esta cerimónia, foi dirigida pelo Presidente da AT, Rosário Fernandes e contou com a presença do Director Geral dos Serviços Comuns, Boavida Mutombene, do Director Geral do Controlo Interno, Amade Aziza, do Director Geral Adjunto dos Serviços Comuns, Jaime Manhique bem como de quadros afectos aquelas duas estâncias ora inauguradas.

No seu discurso dirigido aos funcionários, o PAT Rosário Fernandes fez questão de lembrar aos presentes que a reabilitação de infraestruturas, é uma batalha que vem sendo

travada desde 2007 e que está sendo bem sucedida pois ao longo do país os funcionários já contam com condições dignas para o desempenho das suas funções. Fernandes parabenizou ainda a delegação Aduaneira da Matola por estar a lutar para ser

a segunda delegação que mais contribuiu com receitas no ano 2010.

É de recordar que a UVC vinha funcionando num edifício degradado e que não oferecia condições mínimas para os funcionários. 



Do ano 2010

# IFPFT – sede acolhe cerimónia de encerramento do Plano de Formação

.. Por SIGMA KATUPHA



Presidente da AT, Rosário Fernandes

O Instituto de Finanças Públicas e Formação Tributária (IFPFT) – sede, na Cidade da Matola, acolheu, no dia 25 de Dezembro passado, a cerimónia de encerramento das acções do Plano de Formação de 2010, aprovado para o ano findo. A referida cerimónia foi testemunhada pelo Presidente da Autoridade



Director Geral Adjuntos dos Serviços Comuns, Jaime Manhique

Tributária de Moçambique (P-AT), Rosário Fernandes, membros do Conselho Superior da AT, membros do Conselho Directivo, quadros seniores, formadores, funcionários e alguns convidados.

A cerimónia que decorreu no alpendre do IFPFT, com início às 10:30 horas, foi antecedida pela intervenção da Sra. Ângela Khane, por sinal, a chefe da



Coordenador do IFPFT, Raimundo Mapanzene

Divisão Académica, Científica e Pedagógica, que deu as boas vindas aos convidados, passando de imediato a apresentação do programa do dia. Em seguida, o mestre-de-cerimónias, dr. Roberto Djedje, orientou a sessão que consistiu na entrega de certificados de participação, seguindo-se a mensagem de formandos, a intervenção dos formadores, e por último foi o discurso solene de encerramento, proferido pelo P-AT, Rosário Fernandes.



Funcionária da AT, Telma Langa Matusse

A entrega dos certificados de participação nas acções de formação, foi um dos mais relevantes, pois, simbolizou para alguns formandos a conclusão positiva do curso de capacitação com incidência em matérias aliadas a actividade prática. Outro momento marcante, foi a mensagem dirigida ao P-AT, ao CST, ao CD e ao Coordenador do IFPFT e aos demais convidados, proferida por Telma Langa Matusse, afecta ao Gabinete de Comunicação e Imagem da AT (GCIimagem), que foi a representante dos formandos no curso sobre Técnicas de Jornalismo. **.. Continua na página 19**



Funcionária da UEM, Elsa Cumaio



.. Continuação da página 18

Telma Matusse, realçou que, a referida formação permitiu que os formandos adquirissem novas ferramentas, novas estratégias e “Know-how” no cômputo geral, estando desta forma os funcionários aptos em desempenhar com zelo e profissionalismo as suas tarefas, agradecendo aos demais quadros, em particular o P-AT, por terem proporcionado acções do género.


Por seu turno, Elsa Cumaio, representante do Centro de Desenvolvimento Profissional da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e em representação das instituições externas ao IFPFT, em mensagem dirigida ao P-AT e aos demais quadros da AT, solicitou o role de matérias que têm sido administradas no IFPFT, de modo que se possa conceber outros pacotes, que se ajustem a realidade dos conteúdos ora ministrados no Instituto.



Momento em que uma das participantes recebia o Certificado

A Dra. Elsa Cumaio elogiou a qualidade dos conteúdos, que são leccionadas nas várias áreas, destacando-se a fiscal, a aduaneira, as tecnologias de informação, a gestão criminalista, tendo também tecido considerações abonatórias sobre a melhoria do desempenho dos funcionários da AT, que tem beneficiados de acções de formação ao longo dos últimos dois anos.

Falando em representação dos

formadores, nomeadamente do Instituto de Formação em Administração pública e autárquica IFAPA, Direcção de Investigação Criminal do Ministério do Interior, Direcção Nacional de Geologia e Minas do Ministério dos Recursos Minerais e a Intertek, como outras instituições, Cumaio, exortou ao PAT e ao Coordenador do IFPFT, uma continua e estreita disposição em colaborar com o IFPFT pelos anos que vem. 





**No País**

# Alfândegas apreendem diversa mercadoria contrabandeada

A Autoridade Tributária de Moçambique através das Alfândegas, efectuaram de Janeiro a Dezembro transacto, várias operações de combate à evasão fiscal, que culminaram com um total de 477 apreensões, em todo o território nacional.

De acordo com uma fonte da área operativa das Alfândegas, tais apreensões circunscrevem-se no processo contínuo de reforço da fiscalização aduaneira e o incremento dos níveis de colecta da receita, derivam-se de infracções fiscais, tais como, o descaminho e contrabando.

No rol das apreensões, figuram diversa quantidade de bens, tais como, electrodomésticos, veículos de luxo, aparelhagens sonoras, mobiliário de escritório, produtos alimentares, destacando-se um valor estimado em 400.000,00 dólares americanos proveniente do tráfico ilegal da moeda.



Bens apreendidos no País, que estavam na rota de contrabando

Dentre os bens arrolados constam ainda 1086 congeladores, 9.436 motociclos, 660 pneumáticos, 401 rolos de tecidos e 375 caixas de cadernos, cujo valor da evasão fiscal corresponde a 24.000.000,00 MT, tendo, no entanto, sido recuperado 12.000.000,00 MT deste montante.

Refira-se que, em igual período, foram apreendidas 10.397 caixas de diversas bebidas alcoólicas, incluindo os próprios meios de transporte

que levavam tais mercadorias, 953 volumes com variada gama de electrodomésticos e aparelhagens de som, nomeadamente fogões a gás e eléctricos, congeladores, geleiras, geradores eléctricos, televisores, amplificadores, “home theatre”, micro-ondas.

Apuramos que, durante o ano transacto foi apreendida uma mini-bus repleta de perfumes de luxo e 837 caixas com cosméticos diversos importados de Paris, via Johannesburg.

Outras informações dão conta que também fez-se a apreensão de diversos aparelhos para viaturas, que tentavam evitar o pagamento de 836.365, 25 MT para os cofres do estado. Destacam-se igualmente a apreensão de dois contentores um com peças para viaturas e outro com mobiliário diverso de escritório, para além de 30 toneladas de adubos, por falso trânsito.



∴ Continua na página 21



:: Continuação da página 20

Nas várias operações desencadeadas pelas Alfândegas de Moçambique, foram também apreendidas 2.181 caixas de cigarros e 759 volumes por contrabando (1046 caixas de marca PATRÃO, 785 caixas de marca Pacific Blue e 350 caixas de marca Dullahs), incluindo o respectivo meio de transporte, uma viatura pesada de marca Freightline, com a chapa de matrícula MLP 86-94, com o respectivo atrelado ML 30-49.



Mercadoria apreendida no armazém




Durante o ano transacto, foram também apreendidos 38 veículos automóveis, dentre os quais um número considerável de luxo, 25 contentores de 40 pés contendo motocicletas, 61 contentores de 20 pés contendo pilhas secas, arroz.

Por exemplo, em operações realizadas na Província da Zambézia, fez-se a apreensão de 1150 galões de 20 litros cada e 500 caixas de 5 litros de óleo alimentar, esperando-se cobrar o valor de 1.000.000,00MT.

No decurso das actividades de fiscalização fez-se ainda a apreensão de 11.600 filmes e DVDs, 1.600 VCDs filmes, 10 leitores de DVDs, 90 mil discos virgens, 2.186 celulares, 1.312 perfumes, 2.203 baterias para celulares, 1799 carregadores para celulares, 15 unidades de flash, 48 unidades de cabeça de bomba para motores de viaturas, 75 unidades de jogos de reparação de viaturas.

A apreensão ocorre no âmbito das actividades de fiscalização

e controlo do contrabando rotineiro e enquadra-se no Plano de Actividade aprovado para o ano 2010.

Refira-se que, após as apreensões, acto contínuo têm sido comunicadas as entidades competentes cujos procedimentos estão em curso, de acordo com a Legislação em vigor aplicável, esperando-se que sejam recuperados 83.656.421,15 MT referente à direitos e demais imposições aduaneiras devidas. 



Na rota de contrabando também constam viaturas

# PAT visita GCIimagem e Divisão dos Assuntos Sociais

.. Por SIGMA KATUPHA

O Gabinete de Comunicação e Imagem (GCIimagem) e a Divisão de Assuntos Sociais da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), receberam no dia 20 de Dezembro de 2010, o Presidente da Autoridade Tributária (PAT), naquilo que foi uma visita de rotina e apreciação do dia-a-dia destas duas unidades.


Acompanhado pelo Director Geral dos Serviços Comuns, Boavida Mutombene e o Director da Logística e Infra-estruturas, na AT, Pedro Palate, o PAT realizou



P-AT, Rosário Fernandes, durante a passagem pela Divisão de Assuntos Sociais

Durante a visita efectuada à Divisão dos Assuntos Sociais e a Divisão de Educação Fiscal e Aduaneira, o P-AT deixou algumas recomendações no sentido de

Dentre as recomendações, o P-AT reiterou que o Gabinete de Comunicação e Imagem, sendo a unidade de produção e divulgação de informação da instituição, deve estar ao alcance de ferramentas modernas e de mão-de-obra qualificada no que concerne ao uso de material disposto para a criação de informação credível e fluente.

Por último, o P-AT aconselhou os funcionários do GCIimagem no sentido de criar e manter uma cultura de divulgação de informação em primeira instância, pautando sempre pelo jornalismo investigativo bem como estimular a criação de parcerias com outros sectores, para efeito de troca de experiências. 



Durante a visita P-AT deixou instruções que foram devidamente anotadas conforme a foto ilustra

esta visita, para se inteirar sobre o funcionamento diário das duas unidades, como também da utilização e preservação das instalações e seus materiais de trabalho.

melhorar o sistema do arquivo documental. Outros detalhes no que tange à organização interna dos respectivos sectores também foram passados em revista pelo dirigente máximo da instituição.



# Estatuto remuneratório da AT marca nova etapa na vida dos funcionários

- reconhece o Director Geral Adjunto dos Serviços Comuns, Jaime Manhique

A aprovação do estatuto remuneratório da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), pelo Conselho de Ministros (CM) através do Decreto nº 17/2010, de 2 de Junho, marca uma nova etapa na vida dos funcionários em termos de recursos humanos. Quem assim o diz é o Director Geral Adjunto dos Serviços Comuns, Jaime Manhique, que reconhece que apesar de ser um instrumento deveras importante, que carecia de aprovação imediata após a criação da AT, factores adversos que se prendem com a conjuntura internacional, tais como, as crises de combustíveis e a crise financeira não permitiram que este instrumento tido como precioso no seio da classe profissional tivesse merecido pontual aprovação.

Acrescentou que, também havia por parte da Função Pública a necessidade da aprovação da política salarial e todos estes factores conjugados, poderão de certo modo ter contribuído, para o atraso na aprovação do estatuto remuneratório da AT.

“O estatuto remuneratório já foi aprovado mas há um conjunto de outros instrumentos que acompanham este grande instrumentos que constam basicamente da definição das carreiras que são quatro, a nível da AT e estão divididas em duas grandes áreas, nomeadamente



Director Geral Adjuntos dos Serviços Comuns, Jaime Manhique

grandes áreas, nomeadamente tributária (Impostos Internos) e a Aduaneira”, explicou.

Em termos de carreiras constam quatro, sendo a básica, a técnica, a técnica profissional e a técnica superior, detalhou, para acrescentar que o estatuto remuneratório pretende trazer efectivamente o nivelamento dos índices salariais entre as duas grandes áreas o que não se verificava à data da criação da AT até ao momento.

Conforme disse, o estatuto remuneratório vai em larga medida resolver o problema que já existia, “porque a AT é uma instituição que se pretende uma e, para tal, deve haver equidade e justiça em termos de remuneração, quando os funcionários estejam a trabalhar, com condições similares, estejam na área dos Impostos Internos, quer na área Aduaneira”.

O nosso entrevistado referiu-se a um conjunto de outros instrumentos, que acompanham o estatuto remuneratório, como o qualificador profissional e o de funções. O qualificador profissional também já foi aprovado pela Função Inter-Ministerial. Tais qualificadores definem quais são os conteúdos de trabalho de cada uma das categorias, que compõem as carreiras e quais os requisitos para o ingresso como também para a promoção.

No caso do qualificador de funções define os requisitos para que o funcionário possa ser nomeado para o exercício de uma determinada função. “Este é um outro instrumento, mas também há outros que acompanham, que estão associados ao estatuto remuneratório e ao quadro de pessoal”, anotou.

.. Continua na página 24

.. Continuação da página 23

Apuramos que, o quadro de pessoal também está em processo de aprovação no Ministério da Função Pública, tendo já sido feita a proposta para esse efeito, e efectivamente se espera que no mais curto espaço de tempo, tal instrumento que fixa os grandes limites do efectivo da AT, seja aprovado ao nível geral contemplando, portanto, as duas áreas, cujo instrumento não existia à data da criação da instituição.


Citou, como último instrumento, os critérios de enquadramento, que estão associados ao estatuto remuneratório e torna-se crucial definir quais são os critérios a observar para o enquadramento dos funcionários nas duas grandes áreas nas carreiras da AT, cujo instrumento já foi submetido pela AT ao Ministério das Finanças. **“Temos conhecimento que ao nível do Ministério das Finanças este instrumento já mereceu**

**análise, apreciação e aprovação e já foi enviado ao Ministério da Função Pública, estando neste momento em análise técnica, para efeitos de aprovação. Este instrumento é aprovado por Despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro da Função Pública”**, ajuntou.

Referiu que, é o último instrumento, que permitirá o enquadramento e o pagamento de salários, de acordo com o estatuto remuneratório, que já foi aprovado.

Todavia, o Director Geral Adjunto dos Serviços Comuns, não avançou datas, para o início do pagamento dos salários aos funcionários, argumentando que, seguramente em 2011 o instrumento em falta irá à aprovação, sem no entanto, pôr de lado os constrangimentos de ordem orçamental que eventualmente não permitem a implementação imediata do aludido instrumento.

A entrada em vigor deste instrumento vai pôr cobro às disparidades, em termos de remuneração, que se verificam neste momento **“porque se fôr a verificar as tabelas salariais das duas áreas, sobretudo em situação de requisitos equiparados há-de verificar que existem diferenças de remuneração. E, isto vai facilitar não só por parte do órgão de gestão dos recursos humanos a motividade dos quadros nas áreas inter-sectoriais mas também vai trazer um estímulo, porque efectivamente vai-se remunerar para trabalho igual, salários iguais”**.

O Director Jaime Manhique, crê que, é um instrumento que vai motivar os funcionários, para um melhor desempenho no cumprimento dos desafios fixados, pela Lei Orçamental e aprovados pela Assembleia da República. 



Funcionários da Autoridade Tributária de Moçambique



**Por este andar, ficaremos sem tecto**

**proteja a camada de ozono**

**evite o aquecimento global.**



# AT forma educadores de matérias fiscais no País

:: Por DAUD DAIA

A Autoridade Tributária de Moçambique (AT) iniciou no dia 6 do corrente mês, um vasto programa de formação de disseminadores no âmbito da campanha de Educação Fiscal e Aduaneira e Popularização do Imposto em curso no País.

Com esta acção, prevê-se que, um total de 12.500 disseminadores sejam formados em todo o território nacional, em matérias de educação fiscal e aduaneira, numa acção que se insere no quadro do alargamento da base tributária.



Formandos na sala de aula

de Atendimento único (BAU), das Associações da Sociedade Civil, do Sector Informal e Organizações não Governamentais (ONGs), estagiários da AT, Jornalistas, Locutores de Rádios Comunitárias e outros.

ambos locais um total de 187 disseminadores. Em seguida, a formação iniciou na província de Maputo, contemplando mais 89 formandos, o que totaliza 276 disseminadores.



A formação de disseminadores é constante do Plano Estratégico e Tático da AT

O projecto é faseado, sendo que, na primeira fase, espera-se que sejam abrangidos pelo menos 1600 formandos, constituídos por funcionários das Direcções das Áreas Fiscais (DAFs), dos Serviços Provinciais das Alfândegas (SPA), das Direcções Provinciais do Plano e Finanças (DPPF), das Direcções Distritais de Actividades Económicas (DDAE), funcionários dos Balcões

Com efeito, a fase piloto realizada na região Sul, contemplou pelos menos 276 disseminadores, das Províncias de Inhambane, Gaza e Maputo (Cidade e Província). As primeiras acções desta formação efectuaram-se simultaneamente nas Províncias de Gaza e Inhambane, na semana de 6 a 10 de Dezembro do corrente ano, formando em

De acordo com o Director do Gabinete de Comunicação e Imagem, Daúde Daia, a referida formação que é constante dos Planos Estratégico e Tático da AT, visa entre outros aspectos, promover o ideal de alargamento da base tributária aliado ao engajamento em todos os moçambicanos do sentimento de cidadania fiscal; o desenvolvimento do conhecimento do imposto, a sua importância económica, social e ambiental, para além de dotar os formandos de matérias de jurisprudência do Sistema Tributário Moçambicano, para além de fazer respeitar o bem comum e a certeza de que o bem estar social é alcançável por via da consciencialização, solidariedade e a participação de todos os moçambicanos e estrangeiros.

:: Continua na página 27



.. Continuação da página 26

Daúde Daia, explicou que, no que tange aos conteúdos de formação fez-se uma abordagem mediante a forma expositiva, com recurso a “slides” e ao manual de educação fiscal concebido e aprovado para o efeito, tendo sido consolidados, com a projecção em tela das reportagens, “spots” e vídeos institucionais, sobre alguns temas, destacando-se as Bases da Educação Fiscal, a Importância Social e Económica do Imposto, a Diferença entre Imposto e Taxa, os Deveres do Cidadão para com a Comunidade, os Deveres do Cidadão para com o Estado, os Direitos do Cidadão, as Fontes de Financiamento do Orçamento de Estado, o Conceito e as principais informações sobre o Número Único de Identificação Tributária (NUIT), a Fatura e o Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC).

Paralelamente, fez-se referência as principais características do imposto, nomeadamente a legislação aplicável, incidência, taxa e isenção, para os impostos e taxas, que a seguir se arrolam: o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA); o Imposto Sobre Consumos Específicos (ICE); os Direitos Aduaneiros e o Tratamento Preferencial no âmbito dos acordos de parceria; o Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS); o Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC); o Imposto Pessoal Autárquico; o Imposto Predial Autárquico; o Imposto Autárquico da Sisa; o Imposto Autárquico de Veículos; a Contribuição de Melhoria; Taxas por licenças concedidas e



O espaço foi pequeno para acolher todos os formandos

por actividade económica e por último das Tarifas e as Taxas pela prestação de serviços.

Antes do arranque efectivo das acções de formação, uma equipa constituída por Raimundo Mapanzene e Williamo Chiquele, o Coordenador adjunto deste projecto e o Chefe da Repartição de Educação Fiscal e Aduaneira, respectivamente, deslocaram-se às Províncias de Gaza e Inhambane, com a finalidade de garantir a preparação do processo.

Para orientar a referida formação, a Autoridade Tributária destacou alguns quadros, sendo que, para a Província de Gaza foram indicados como formadores, Daúd Daia, Paulina Mapilele e Carla Machava, que cobriram as Cidades de Xai-Xai, Chokué e Chibuto. Para a Província de Inhambane, foram indicados Lemos Formiga e José Mulungo, na Cidade de Inhambane e Margarida Saldanha e Age Assane, na Cidade da Maxixe.

.. Continua na página 28



Os formandos manifestaram-se curiosos colocando questões sobre matérias fiscais

Na Cidade Maputo, a formação de disseminadores foi realizada nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2010, nas salas de aulas do Instituto Superior de Ciências e Tecnologia (ISCTEM).

A referida formação contou com 89 participantes provenientes de vários sectores de actividade e da Administração Pública, tais como estudantes, técnicos dos Conselhos Municipais de Maputo e da Matola, membros do parlamento juvenil, funcionários dos Ministérios da Educação e Cultura, da Indústria e Comércio, membros das associações dos micro-importadores, músicos, técnicos da Televisão de Moçambique e os próprios funcionários da AT.

A abertura da formação foi feita pelo Director do Gabinete de Comunicação e Imagem, Daúde Daia, que na ocasião explicou as quatro formas de financiamento do Estado, nomeadamente através dos impostos, da emissão de moeda, das doações e empréstimos.

Tendo falado das desvantagens das três últimas, realçou que, a única forma sustentável de financiamento do Estado é a arrecadação dos impostos, razão a qual urge realizar acções de educação fiscal ao cidadão, para tirar o Estado da dependência dos empréstimos, donativos e emissão da moeda, para chamar-lhes à consciência sobre a necessidade de cumprirem com as suas obrigações fiscais.

No acto de encerramento, os participantes agradeceram o convite da AT para integrarem-se nesta missão patriótica para disseminar a necessidade de todos pagarmos os impostos.

No final da formação, o encerramento foi feito pelo Director Geral Adjunto do Gabinete de Planeamento Estudos e Cooperação Internacional, Horácio Simão, que reiterou a necessidade de todos termos uma maior responsabilidade, para aumentar a capacidade de

arrecadação da receita de modo a financiar as despesas públicas de forma sustentável.

Para além destas acções, várias actividades relativas à educação fiscal e aduaneira e popularização do imposto tem sido desencadeadas nos vários pontos do País, com vista à sensibilização dos cidadãos para o cumprimento das suas obrigações fiscais incutindo-lhes o conceito de cidadania fiscal.



Quadro da AT na disseminação de matéria fiscal

Espera-se que, estas acções continuem em todas as Províncias, Distritos, Postos Administrativos, Localidades, Povoações e Bairros, para que mais cidades tenham conhecimento básico sobre o imposto e passem a contribuir pagando o imposto. Espera-se que acções subsequentes, sejam realizadas a partir da última semana de Janeiro de 2011.



# O Salva Vidas



*Autoridade Tributária de Moçambique  
na luta contra HIV/SIDA*



Na Cidade e Província de Maputo

# AT expande formação de educadores fiscais

- depois de Gaza e Inhambane

:: Por AUGUSTO MONISSE

No âmbito do alargamento da base tributária, a Autoridade Tributária intensificou a implementação do programa de Educação Fiscal e Popularização do Imposto que visa transmitir ao cidadão a Importância Socio-económica do Imposto e suas vantagens com o objectivo de sensibiliza-lo ao pagamento voluntario do Imposto.

A implementação deste programa é feita várias formas com vista a assegurar maior abrangência dos diferentes extractos sociais e permitir que o processo seja inclusivo, criando desde modo o envolvimento de todo o cidadão. É neste quadrante que, situa-se a formação de Educadores Fiscais.

Depois das Províncias de Gaza e Inhambane, onde, na Semana de 6 a 10 de Dezembro passado, foram formados 125 e 62 Educadores Fiscais respectivamente, a equipa de formadores escalou a cidade de Maputo.

O acto de abertura desta cerimónia, na Cidade de Maputo, foi orientado pelo Director do Gabinete de Comunicação e Imagem da AT, Daúd Daia, e teve lugar entre os dias 13 e 14 de Dezembro de 2010, no Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM).



Na imagem, cidadãos beneficiam-se de capacitação em matérias fiscais

De referir que a formação contou com 89 participantes provenientes de vários sectores de actividade com destaque para funcionários do Conselho Municipal (Das cidades de Maputo e Matola), membros do parlamento juvenil, funcionários dos Ministérios da Educação e Cultura, da Indústria e Comércio, membros das associações dos micro - importadores, músicos, jornalistas e locutores de Rádios, incluindo rádios comunitárias.

A referida formação foi ministrada por técnicos da AT provenientes de diferentes Áreas, GCI – Divisão de Educação Fiscal e Assistência ao Contribuinte, DGI - Divisão de Cadastro de Contribuinte, GPECI – Divisão de Integração Regional, DGA - Divisão de Regras de Origem e Divisão de Aplicação Legislativa E DAF's.

A formação versou sobre diversos temas destacando-se a importância sócio-económica

:: Continua na página 31



Formandos na sala de aula



.. Continuação da página 30



À direita, o chefe da Divisão de Educação Fiscal e Aduaneira, Lemos Formiga, interagindo com um dos formandos que colocava a sua preocupação

do imposto, a diferença entre o imposto e a taxa, os deveres do cidadão para com o Estado, os direitos do cidadão, as fontes do financiamento do Orçamento de Estado, o conceito do imposto e as principais informações sobre o Número Único de Identificação Tributária (NUIT).

Em simultâneo, os educadores fiscais reeberam explicações sobre a Fatura, o Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC), o Imposto Sobre Consumos Específicos (ICE), os Direitos Aduaneiros e Tratamento Preferencial no âmbito dos acordos de parceria, o Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS), o Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC), o Imposto Pessoal Autárquico, o Imposto Predial Autárquico, o Imposto Autárquico do Sisa, o Imposto Autárquico de Veículos.

O projecto de formação prevê a transversalidade do Educador Fiscal, com base no envolvimento dos mais diferentes sectores da

sociedade civil, da Função Pública e do sector privado, através da articulação com parceiros da AT com os quais rubricou memorandos de intenções relativos a educação fiscal e aduaneira e popularização do imposto, associações juvenis, ONGs, líderes comunitários, Administradores Distritais, membros dos Conselhos Consultivos, responsáveis pelos mercados e outros interlocutores válidos.

A propósito, Daúd Daia, disse que, para a satisfação das necessidades públicas, o Estado deve possuir fontes de financiamento sustentáveis no longo prazo e citou o imposto

como ÚNICA FONTE vantajosa relativamente as outras fontes nomeadamente os donativos, empréstimos e emissão de moeda.

Daia, acrescentou que, tais impostos impulsionam a construção de infra – estruturas imprescindíveis para a sobrevivência de todos cidadãos, nomeadamente, estradas, pontes, escolashospitais, serviços básicos de electricidade, água, saneamento básico, assistência médica e medicamentosa, que contribuem para a edificação de uma sociedade mais justa e solidária, construída com base na contribuição de todos, e na qual, cada contribuição, por mínima que seja, desde que seja a capacidade contributiva de cada um, é importante e concorre para o crescimento e desenvolvimento de Moçambique.

## Percepção dos formandos

No momento do encerramento, os formados fizeram um balanço positivo da formação, pois,

.. Continua na página 32



Formandos atentos na sala de aula

.. Continuação da página 31

afirmando que esta permite desenvolver o conhecimento do imposto, a sua importância económica social e ambiental e o sistema tributário moçambicano.

Por exemplo, o representante da Associação Nacional de Animadores e Guias - ANAT, José Gravata, revelou que o momento foi ímpar e sentiu-se honrado, pois, a formação vai permitir que a sua colectividade desenvolva desafios de magnitude nacional, com grande valor patriótico, para que se possa olhar o Estado, como uma associação de carácter macro, onde todos são chamados a contribuir para o bem de todos.

Disse, ainda que, manifesta o desejo de abraçar a causa nacional e mobilizar mais cidadãos a aderirem ao Registo Fiscal e posterior pagamento dos impostos a partir de acções de índole cultural, tais como, teatro, “spots” televisivos, rádio sem descuidar os comentários ou “sketches” televisivos de pouca




Director Geral Adjunto do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional, Horácio Simão

duração, com histórias educativas nas línguas portuguesa, ronga, changana, chuabo, nhungwe, sena, chope, bitonga e macua.

Continuando, citou **“Caso seja necessário, mobilizaremos todas as delegações provinciais da ANAT em Maputo - Cidade e Província, Gaza, Inhambane, Sofala, Tete, Nampula e Pemba, por forma a atingirmos o universo de 300.000 novos contribuintes, em 2011”**, disse, para acrescentar que na cidade da Beira, esta associação possui uma sala de cinema com capacidade para 743

pessoas sentadas onde fazem inúmeras acções cuja entrada poderia ser condicionada apenas ao registo de contribuintes.

O encerramento do evento, foi honrado pela presença do Exmo. Senhor Director Geral Adjunto do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional, Horácio Simão, que reiterou sobre a necessidade de todo o cidadão ter responsabilidade acrescida, para aumentar a capacidade de arrecadação da receita de modo a financiar as despesas públicas de forma sustentável.

No seu discurso de encerramento, Horácio Simão, disse que, o Orçamento do Estado está a melhorar nestes moldes e os Educadores Fiscais devem impulsionar de modo a aproximar mais o Estado ao cidadão, mediante a passagem de informação relevante sobre o imposto, sua importância, forma de pagamento e os benefícios advenientes de uma correcta utilização dos recursos arrecadados resultantes da contribuição de cada cidadão. 



Formandos atentos na sala de aula



No Centro Social do Ministério das Finanças

## Nhelete Mondlane profere palestra

.. Por HELMANO NHATITIMA

A deputada da Assembleia da República pela bancada da FRELIMO e filha do Primeiro Presidente do Partido FRELIMO, Nheleti Mondlane proferiu no dia 10 de Dezembro de 2010, uma palestra onde o objectivo central era abordar a participação da mulher nos postos de decisão.

O encontro, foi aberto pelo Presidente da AT, Rosário Fernandes que falou do perfil da palestrante e do trabalho que a mesma vem desenvolvendo nas instituições por onde passou.



Nheleti Mondlane trocando impressões com a Directora Geral dos Impostos, Maria Otília Santos

mulheres no parlamento, a nível de África ocupa a posição 3 perdendo somente para o Ruanda e África do Sul, e a nível da SADC Moçambique ocupa a 2ª posição em baixo da África do Sul, sendo que a nível da CPLP Moçambique lidera o ranking parlamentar.

1987 a 1990 o número subiu para 24, de 1990 a 1994 já tínhamos 40 mulheres parlamentares. Com a entrada do multipartidarismo o número disparou para 69 no período 1994-99. Na legislatura seguinte que compreende o período 1999-2004 eram 77 mulheres, de 2004 a 2009 eram 95 mulheres sendo que a fasquia na última legislatura que iniciou em 2009 mostra que temos 100 mulheres a ombrear com os homens no Parlamento moçambicano o que faz 40% num universo de 250 deputados.



Nheleti Mondlane na sua intervenção destacou o papel da mulher moçambicana no contexto político

Nheleti iniciou a sua apresentação destacando o papel importante que a mulher desempenha na sociedade, para em seguida afirmar que Moçambique ocupa a posição número 9 a nível mundial no que diz respeito a presença de

A palestrante fez lembrar que Moçambique já esteve no passado, próximo da situação de países como o Botswana que conta somente com 5 mulheres no parlamento. De 1977 a 1986 Moçambique contava com 13 mulheres no parlamento, de

No mandato 2010-2014 o executivo conta com 8 mulheres a liderarem ministérios e 3 como Vice Ministras, 3 mulheres são Governadoras Provinciais, 7 são embaixadoras, 17 são Administradoras Distritais e finalmente 4 são Secretárias Permanentes Provinciais.

No fim do encontro ainda houve espaço para um debate sobre o tema apresentado, onde os funcionários da AT participaram activamente com contribuições que enriqueceram o tema. 61


## “Staff” do GCIimagem confraterniza pelo findar de mais um ano

:: Por HELMANO NHATITIMA

No dia 23 de Dezembro de 2010, o “staff” do Gabinete de Comunicação e Imagem da Autoridade Tributária de Moçambique (AT) composto por funcionários e estagiários, juntaram-se num dos restaurantes da capital, para uma confraternização alusiva ao findar de mais um ano de jornada laboral.

Num ambiente informal e de grande entusiasmo, estes profissionais puderam trocar algumas impressões e pôr em dia alguma conversa sobre vários aspectos sociais, e porque não fazer o balanço do ano laboral prestes a findar, focalizando aspectos que marcaram pela negativa e procurar soluções, assim como destacando aspectos positivos que mereceram aplausos.

O momento de confraternização serviu igualmente para pôr a descoberto o “amigo oculto” entre os demais colegas, o que permitiu a troca de presentes em celebração das festas, proporcionado assim um ambiente impar de diversão e manifestação de amizade entre os presentes.

No meio de tanta alegria neste social entre colegas não faltou o profissional dedicado que não hesitou em “disparar” a sua câmara registando algumas imagens para a posteridade. Até porque, momentos iguais como estes nem sempre acontecem e servem para recarregar as energias dos profissionais, por forma a encarar os desafios futuros. 







**Seguem-se as fotos captadas pela objectiva do nosso repórter alusivas ao “Amigo Oculto”**







**EU VI...**



Autoridade Tributária de Moçambique  
Gabinete de Comunicação e Imagem

Daúd Daia  
Liége Vitorino  
Telma Langa

Mensal  
Daúd Daia, Haydn Joyce, Liége Vitorino,  
Telma Langa, Zefanias Novela, Helmano

Nhatitima, Dinis Nhancume  
Lemos Formiga, Williamo Chiquele,  
Augusto Monisse, Higino Kathupa,  
Micaela Vicente, Herminio Mondlane,

Nilza Cangela  
Daúd Daia, Liége Vitorino

GCIimagem  
Haydn Joyce

Haydn Joyce  
Fazila Mourato

Av. Zedequias Manganhela, prédio 33  
Andares, R/C,  
www.at.gov.mz | gciimagem@at.gov.mz

TEL.: 21 322200 | Fax: 21 304460  
Maputo

Propriedade de:

Edição:

Director:

Editora Executiva:

Coordenadora Editorial:

Periodicidade:

Redação:

Colaboradores:

Revisão:

Fotografias:

Publicidade:

Maquetização e Design:

Secretária:

Endereço:

É obrigatório o uso do **NUIT** para todas as pessoas Singulares e Colectivas,

Dirija-se já a Área Fiscal mais próxima ou ao prédio 33 andares e adquira o seu!



**Numero Único de Identificação Tributária**